



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 047/2024

Processo Administrativo nº 0181/2024

Torna-se público que o Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Abelardo Luz, realizará Dispensa Eletrônica¹, com critério de julgamento Menor Preço na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: Dia 16/09/2024.

Local: Plataforma BLL Compras - <https://bllcompras.com/Home/Login>.

Horário de início: 08:00h.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de mascotes de pelúcia (Leão Daren), que serão entregues aos alunos do 5º ano das escolas da rede pública municipal contempladas com o Programa Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) no dia da formatura do projeto, que realizar-se-á no mês de dezembro de 2024.

1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.

Item	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd. (A imagem do mascote encontra-se abaixo da tabela).	UN	230	R\$32,00	R\$7.360,00

¹Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.



1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica no endereço: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização



ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa física se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e estar ciente das seguintes condições:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8h00min até as 14h00min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta para lances públicos e sucessivos, de forma eletrônica sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão informar seus lances;

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.



5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa física.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequados ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 24 horas, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se a nova data e horário para a sua continuidade através do site www.abelardoluz.sc.gov.br;

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.



6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

09. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

09.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

09.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

09.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Contratante ou dos clientes deste para a Contratada.

09.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.



09.1.4. A Contratante não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

09.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Contratante, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou quaisquer outras informações a terceiros.

09.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

09.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

09.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Contratante; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Contratante e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

09.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

09.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

09.1.11. A Contratada deverá notificar a Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.



09.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Contratante, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

09.1.13. A Contratada deverá notificar a Contratante, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) Data e hora provável do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela contratada;
- c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) Os riscos relacionados ao incidente;
- g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
- h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

09.1.14. A Contratante terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

09.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Contratante por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

09.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Contratante para execução dos serviços:



- a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Contratante para execução do objeto do Contrato;
- b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;
- d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem; e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Contratante por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Município: www.abelardoluz.sc.gov.br.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a fase de lances observarão o horário de Brasília-DF.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

10.13.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

10.13.2.1. ANEXO II.1 – Termo de Referência;

Abelardo Luz/SC, 28 de agosto de 2024.



NERCI SANTIN
Prefeito Municipal



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;



2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (para as Certidões Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial do Estado de Santa Catarina estas deverão vir acompanhadas da E-Proc);



ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Objeto

Contratação de empresa para fornecimento de mascotes de pelúcia (Leão Daren), que serão entregues aos alunos do 5º ano das escolas da rede pública municipal contempladas com o Programa Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) no dia da formatura do projeto, que realizar-se-á no mês de dezembro de 2024.

2. Local de Entrega

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte localizada na rua Renato Adolfo Begnini, 683, Bairro Aparecida, Abelardo Luz – SC.

3. Contato

E-mail: educa@abelardoluz.sc.gov.br

Telefone: (49)3445-5206

Responsável: Elisangela Pascoali

4. Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

5. Descrição da necessidade

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

A contratação de uma empresa especializada no fornecimento de mascotes de pelúcia, especificamente o leão Daren, é essencial para o sucesso e a eficácia do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) nas escolas da rede pública municipal. O leão Daren, símbolo do Proerd, desempenha um papel fundamental na consolidação dos valores e lições aprendidas pelos alunos do 5º ano ao longo do programa.

Ao receberem o mascote no dia da formatura, os alunos são presenteados com um item que representa a conclusão de uma importante etapa em sua formação. A entrega do leão Daren simboliza a resistência às drogas e à violência, reforçando o compromisso dos estudantes com um comportamento seguro e saudável. Além disso, o mascote serve como uma lembrança tangível do



programa, perpetuando as mensagens positivas e incentivando a continuidade das práticas aprendidas.

Portanto, assegurar a qualidade e a autenticidade dos mascotes de pelúcia é crucial. A empresa contratada deve possuir a expertise necessária para produzir itens que atendam aos padrões de segurança e qualidade exigidos, garantindo que cada aluno receba um produto durável e bem confeccionado. Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada assegura que o PROERD continue a ser um programa de impacto significativo, proporcionando aos alunos uma experiência memorável e educativa.

6. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretária Municipal de Educação	Elisangela Pascoali

7. Previsão no plano de contratações anual

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Abelardo Luz encontra-se em transição para a nova Lei de Licitações, e considerando que o município possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, encontra-se na exceção do art. 176 da Lei nº 14.133/2021.

8. Requisitos da Contratação

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

Para a contratação de uma empresa para fornecimento de mascotes de pelúcia (Leão Daren), que serão entregues aos alunos do 5º ano das escolas da rede pública municipal contempladas com o desenvolvimento do Programa Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, é necessário estabelecer requisitos específicos que garantam a qualidade e a eficiência do serviço prestado.

Os mascotes devem ser confeccionados com materiais hipoalergênicos, atóxicos e resistentes, que atendam às normas técnicas de segurança de brinquedos. A costura deve ser reforçada, e os detalhes devem ser bem acabados, garantindo um produto final que seja durável e esteticamente agradável. O design do leão



Daren deve ser fiel à imagem oficial do mascote do PROERD, mantendo as cores, formas e características que o tornam reconhecível e significativo para os alunos.

Além disso, a empresa deve demonstrar capacidade logística para entregar os mascotes dentro do prazo estipulado, garantindo que todos os itens sejam entregues em perfeitas condições para as cerimônias de formatura. A apresentação de um plano de logística detalhado, incluindo prazos de produção e entrega, será um diferencial importante.

Por fim, a empresa deve oferecer garantia e suporte pós-venda, comprometendo-se a resolver qualquer eventual problema relacionado aos produtos fornecidos. A capacidade de responder prontamente a qualquer questão ou necessidade de substituição é fundamental para assegurar a satisfação dos alunos e a continuidade do programa.

Em resumo, os requisitos para a contratação incluem experiência comprovada, conformidade com normas de segurança, qualidade dos materiais e acabamento, capacidade logística, suporte pós-venda e uma proposta comercial transparente. Atender a esses critérios garantirá que os mascotes de pelúcia do leão Daren sejam entregues com a qualidade e no tempo esperado, contribuindo para o sucesso do PROERD.

9. Estimativa das quantidades

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

ITEM	SERVIÇO/OBJETO	UNID.	QUANT.
01	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd.	UN	230

10. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

No presente caso trata-se de uma dispensa de licitação, assim foi realizado um levantamento de preços com as quantidades que serão necessárias e encontram-se na tabela abaixo:

Item	Empresa	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
------	---------	--------	-------	--------	-------------	-------------



01	SCHNEIDER & ZIMMERMAN N COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd. (A imagem do mascote encontra-se abaixo da tabela).	UN	230	R\$32,00	R\$7.360,00
	ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd. (A imagem do mascote encontra-se abaixo da tabela).	UN	230	R\$34,00	R\$7.820,00
	BARBARA GASPARUCH O GARCIA - BRINQUEDOS	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd. (A imagem do mascote encontra-se abaixo da tabela).	UN	230	R\$36,00	R\$8.280,00
	SOMOS CORUJAS COMÉRCIO DE MODAS LTDA	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd. (A imagem do mascote encontra-se abaixo da tabela).	UN	230	R\$44,00	R\$10.120,00

Obs: A pelúcia deve ser igual ou semelhante à imagem abaixo.



Foi realizada a pesquisa de preço em banco oficial (<https://www.bancodeprecos.com.br/Account/Access>) conforme relatório de orçamentos em anexo e com fornecedor local.

Ainda, na busca pelo valor final desta contratação, foi fundamental priorizar o menor custo viável, uma vez que atenda plenamente às necessidades do local.



Tal abordagem é respaldada pelo princípio da economicidade, que visa assegurar a eficiente utilização dos recursos públicos.

Optar pelo menor valor compatível com as exigências do projeto não apenas garante a otimização dos recursos financeiros, mas também promove a transparência e a responsabilidade na gestão dos investimentos públicos.

11. Estimativa do preço da contratação

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa de contratação será de R\$7.360,00 (sete mil e trezentos e sessenta reais).

12. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução para a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de mascotes de pelúcia, especificamente o leão Daren, para serem entregues aos alunos do 5º ano das escolas da rede pública municipal no dia da formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) envolve um processo cuidadosamente planejado e executado para garantir a máxima qualidade e impacto do programa.

Inicialmente, será realizado um processo de seleção rigoroso para identificar empresas que possuam experiência comprovada na fabricação de mascotes de pelúcia de alta qualidade. Essas empresas serão convidadas a apresentar propostas detalhadas, incluindo exemplos de trabalhos anteriores, certificações de conformidade com normas de segurança e qualidade, e um plano de logística que assegure a entrega pontual dos mascotes.

Uma vez selecionada a empresa, ela será responsável pela produção dos mascotes seguindo especificações rigorosas. O leão Daren deverá ser confeccionado com materiais hipoalergênicos e atóxicos, atendendo às normas técnicas de segurança para brinquedos. O design deve ser fiel ao mascote oficial do PROERD, garantindo que cada detalhe, desde as cores até as características faciais, seja reproduzido com precisão.

A empresa contratada deve implementar um sistema de controle de qualidade em todas as etapas de produção para garantir que cada mascote atenda aos padrões exigidos. Isso incluirá inspeções regulares e testes de durabilidade para



assegurar que os mascotes sejam seguros e resistentes, proporcionando uma experiência positiva e duradoura para os alunos.

O plano de logística deve ser minuciosamente detalhado, garantindo que todos os mascotes sejam entregues às escolas da rede pública municipal dentro do prazo estabelecido. A empresa deverá coordenar a distribuição dos mascotes de forma eficiente, evitando qualquer atraso que possa comprometer a cerimônia de formatura do PROERD.

Além da produção e entrega, a solução incluirá um serviço de suporte pós-venda. A empresa contratada deve oferecer garantia para os mascotes fornecidos, comprometendo-se a resolver qualquer problema ou necessidade de substituição rapidamente. Isso assegura que, mesmo em caso de imprevistos, a qualidade e a integridade do programa não sejam comprometidas.

Para facilitar a transparência e a gestão financeira, a empresa contratada deverá apresentar uma proposta comercial clara e detalhada, que inclua todos os custos associados à produção e entrega dos mascotes. Isso permitirá um controle orçamentário eficiente e evitará surpresas financeiras durante a execução do projeto.

Em resumo, a solução proposta para a contratação de mascotes de pelúcia do leão Daren envolve um processo criterioso de seleção de fornecedores, produção rigorosa com controle de qualidade, um plano de logística eficiente e um serviço de suporte pós-venda. Esta abordagem garantirá que os alunos do PROERD recebam mascotes de alta qualidade, fortalecendo o impacto positivo do programa e deixando uma lembrança duradoura das lições aprendidas.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica.

14. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).

A contratação de uma empresa especializada no fornecimento de mascotes de pelúcia, especificamente o leão Daren, para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.



Em termos de economicidade, a contratação permitirá a obtenção de mascotes de alta qualidade a um custo competitivo, evitando desperdícios e retrabalhos que poderiam ocorrer com fornecedores menos experientes ou capacitados. A empresa selecionada, ao possuir expertise comprovada, garantirá que os mascotes atendam às especificações exigidas, minimizando a necessidade de ajustes ou substituições posteriores. Isso resultará em uma utilização mais eficiente dos recursos financeiros, permitindo que o orçamento disponível seja maximizado para outras necessidades do programa.

Além disso, a empresa contratada será responsável pela gestão logística de produção e entrega dos mascotes, o que reduzirá a carga de trabalho sobre a equipe interna do PROERD e das escolas. Ao terceirizar essa atividade, os recursos humanos poderão ser redirecionados para atividades essenciais do programa, como planejamento pedagógico, treinamento de instrutores e interação direta com os alunos, melhorando a eficácia do programa como um todo.

No que diz respeito aos recursos materiais, a utilização de materiais de qualidade na confecção dos mascotes garantirá a durabilidade e a segurança dos itens, evitando problemas como alergias ou acidentes com as crianças. Isso não só protege a saúde dos alunos, mas também previne custos adicionais relacionados a possíveis problemas de saúde ou substituição de produtos defeituosos.

Financeiramente, a contratação de uma empresa especializada permite um planejamento orçamentário mais preciso, com custos claros e detalhados desde o início. A proposta comercial da empresa incluirá todos os custos associados, desde a produção até a entrega, proporcionando uma visão clara e transparente dos investimentos necessários. Isso facilita o controle financeiro e a alocação de recursos, garantindo que o programa opere dentro do orçamento previsto.

Por fim, a garantia e o suporte pós-venda oferecidos pela empresa contratada assegurarão que quaisquer problemas sejam resolvidos rapidamente, sem custos adicionais significativos. Isso evita interrupções no programa e garante que todos os alunos recebam seus mascotes conforme planejado, reforçando o impacto positivo do PROERD.

Em resumo, a contratação de uma empresa especializada para fornecer os mascotes de pelúcia do leão Daren resultará em uma utilização mais eficiente e econômica dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade e a eficácia do programa PROERD. A expertise da empresa garantirá produtos de alta qualidade, a gestão logística reduzirá a carga de trabalho sobre a equipe interna, e a transparência financeira permitirá um controle orçamentário eficaz, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade do programa.

15. Providências prévias ao contrato

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação



do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Desenvolver um Termo de Referência que descreva de maneira clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a contratação. Esse documento servirá como base para o edital de licitação.

Realizar uma análise detalhada da viabilidade orçamentária para garantir que os recursos financeiros necessários para a contratação estejam disponíveis e alinhados com as diretrizes orçamentárias do município.

16. Contratações correlatas/interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se aplica.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

A contratação de uma empresa para o fornecimento de mascotes de pelúcia, especificamente o leão Daren, pode acarretar alguns impactos ambientais. Abaixo estão descritos os possíveis impactos e as medidas mitigadoras que podem ser adotadas no presente caso.

A fabricação dos mascotes de pelúcia gera resíduos, como sobras de tecido, enchimento e embalagens. Esses resíduos, se não forem geridos adequadamente, podem contribuir para a poluição ambiental, particularmente em aterros sanitários.

A produção de pelúcia e outros materiais têxteis utilizados nos mascotes requer o uso de recursos naturais, como água e energia. A extração e o processamento de matérias-primas, como poliéster e fibras sintéticas, podem ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, incluindo a emissão de gases de efeito estufa.



O processo de fabricação pode envolver a emissão de poluentes atmosféricos, principalmente durante a produção de materiais sintéticos, tinturas e acabamentos. Isso contribui para a degradação da qualidade do ar e pode afetar a saúde pública e o meio ambiente.

O transporte dos mascotes desde a fábrica até o local de entrega envolve o uso de combustíveis fósseis, resultando em emissões de CO₂ e outros gases poluentes, contribuindo para as mudanças climáticas.

Para minimizar os efeitos desta produção, algumas medidas devem ser adotadas.

A empresa contratada deve implementar um sistema de gestão de resíduos durante a produção dos mascotes, incluindo a separação e reciclagem de materiais. Incentivar a reutilização de sobras de tecidos e a reciclagem de embalagens pode reduzir o volume de resíduos destinados a aterros.

Sempre que possível, deve-se priorizar o uso de materiais sustentáveis, como pelúcia feita de fibras recicladas ou algodão orgânico. Isso reduz a demanda por recursos naturais e minimiza os impactos ambientais associados à produção de matérias-primas.

A empresa deve adotar práticas de produção mais eficientes em termos de energia e minimizar a emissão de poluentes. Isso pode incluir o uso de fontes de energia renováveis na fabricação e a implementação de tecnologias de produção limpa.

A empresa contratada deve planejar a logística de forma a minimizar as emissões de CO₂, utilizando métodos de transporte mais eficientes ou que emitam menos poluentes, como veículos elétricos ou de baixa emissão. Além disso, agrupar entregas para reduzir a quantidade de viagens necessárias também contribui para a redução do impacto ambiental.

Ademais, a empresa deverá implementar um sistema de logística reversa para o recolhimento e reciclagem dos mascotes ao final de sua vida útil. Isso pode envolver a parceria com programas de reciclagem que transformem os mascotes em novos produtos ou materiais.

Para mitigar os impactos ambientais da contratação, é essencial que a empresa fornecedora adote práticas de produção e logística sustentáveis. Além disso, a administração municipal pode exigir que a empresa demonstre seu compromisso com a sustentabilidade por meio de certificações ambientais e relatórios de práticas verdes. Essas ações contribuirão para que o fornecimento dos mascotes



de pelúcia cause o menor impacto ambiental possível, alinhando-se com os princípios de desenvolvimento sustentável.

18. Declaração de Viabilidade

Declaro Viável a Contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

A viabilidade da contratação de uma empresa especializada no fornecimento de mascotes de pelúcia, especificamente o leão Daren, para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) nas escolas da rede pública municipal é justificada por diversos fatores que asseguram o sucesso e a eficácia do programa.

Primeiramente, a experiência e especialização da empresa contratada garantem a produção de mascotes de alta qualidade, confeccionados com materiais seguros e duráveis. A utilização de materiais hipoalergênicos e atóxicos, conforme as normas técnicas de segurança para brinquedos, assegura que os mascotes sejam adequados para uso infantil. Essa qualidade é essencial para evitar problemas de saúde e garantir a satisfação dos alunos, o que reforça o impacto positivo do PROERD.

Além disso, a empresa especializada possui a capacidade logística necessária para entregar os mascotes de pelúcia de forma eficiente e dentro do prazo estipulado. A coordenação logística inclui a produção, embalagem e distribuição dos mascotes para as escolas da rede pública municipal, o que garante que todos os alunos recebam os itens no dia da formatura. Esse aspecto é crucial para o sucesso do evento e para a motivação e reconhecimento dos alunos que participam do programa.

A contratação de uma empresa especializada também representa uma solução econômica. Ao selecionar um fornecedor com expertise comprovada, reduz-se o risco de desperdícios, retrabalhos e custos adicionais associados a produtos de baixa qualidade ou entregas atrasadas. A proposta comercial detalhada da empresa contratada inclui todos os custos envolvidos, proporcionando previsibilidade e controle financeiro, o que é fundamental para a gestão eficiente dos recursos públicos.

Em termos de recursos humanos, a terceirização da produção e entrega dos mascotes permite que a equipe do PROERD e das escolas se concentrem em atividades pedagógicas e administrativas essenciais para o desenvolvimento do



programa. Isso resulta em um melhor aproveitamento do tempo e das habilidades dos profissionais envolvidos, aumentando a eficácia do PROERD na promoção de comportamentos seguros e saudáveis entre os alunos.

Adicionalmente, o suporte pós-venda oferecido pela empresa contratada assegura que quaisquer problemas ou necessidades de substituição dos mascotes sejam resolvidos rapidamente e sem custos adicionais significativos. Essa garantia de qualidade e serviço é vital para manter a confiança e a satisfação dos alunos e das escolas participantes.

Em conclusão, a contratação de uma empresa especializada para fornecer os mascotes de pelúcia do leão Daren é viável e justificada por sua capacidade de garantir produtos de alta qualidade, logística eficiente, economia de recursos e suporte pós-venda. Esses fatores combinados asseguram que o PROERD possa alcançar seus objetivos de forma eficaz, proporcionando uma experiência educativa positiva e duradoura para os alunos da rede pública municipal.

19. Responsável

Abelardo Luz/SC, 09 de agosto de 2024.

Elisangela Pascoali
Secretária Municipal de Educação



ANEXO II.1 – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 176/2024

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para fornecimento de mascotes de pelúcia (Leão Daren), que serão entregues aos alunos do 5º ano das escolas da rede pública municipal contempladas com o Programa Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) no dia da formatura do projeto, que realizar-se-á no mês de dezembro de 2024.

Item	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Leão mascote Proerd de pelúcia tam. P, 20 cm de altura. Fabricado em pelúcia extra suave, atóxica, na cor caramelo, enchimento em fibra atóxica, com camiseta preta 100% poliéster com estampa do logotipo Proerd. (A imagem do mascote encontra-se abaixo da tabela).	UN	230	R\$32,00	R\$7.360,00



1.2 A estimativa de contratação será de R\$7.360,00 (sete mil e trezentos e sessenta reais).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada no fornecimento de mascotes de pelúcia, especificamente o leão Daren, é essencial para o sucesso e a eficácia do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) nas escolas da rede pública municipal. O leão Daren, símbolo do Proerd, desempenha um papel fundamental na consolidação dos valores e lições aprendidas pelos alunos do 5º ano ao longo do programa.

Ao receberem o mascote no dia da formatura, os alunos são presenteados com um item que representa a conclusão de uma importante etapa em sua formação. A entrega do leão Daren simboliza a resistência às drogas e à violência, reforçando o compromisso dos estudantes com um comportamento seguro e saudável. Além disso, o mascote serve como uma lembrança tangível do programa, perpetuando as mensagens positivas e incentivando a continuidade das práticas aprendidas.



Portanto, assegurar a qualidade e a autenticidade dos mascotes de pelúcia é crucial. A empresa contratada deve possuir a expertise necessária para produzir itens que atendam aos padrões de segurança e qualidade exigidos, garantindo que cada aluno receba um produto durável e bem confeccionado. Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada assegura que o PROERD continue a ser um programa de impacto significativo, proporcionando aos alunos uma experiência memorável e educativa.

3. DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 45 dias após a assinatura do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

4.2 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis caso se faça necessário;

4.3 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2 Comunicar o CONTRATANTE acerca de quaisquer irregularidades e/ou infrações disciplinares cometidas.

5.3 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do serviço contratual.

5.4 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços do Contrato;

5.5 Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

5.6 Comunicar à contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

5.7 A empresa deve fornecer documentação que comprove sua regularidade fiscal e trabalhista, bem como demonstrar competência e reconhecimento na área de organização e gestão de eventos.



5.8 Para a contratação de uma empresa para fornecimento de mascotes de pelúcia (Leão Daren), que serão entregues aos alunos do 5º ano das escolas da rede pública municipal contempladas com o desenvolvimento do Programa Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, é necessário estabelecer requisitos específicos que garantam a qualidade e a eficiência do serviço prestado.

5.9 Os mascotes devem ser confeccionados com materiais hipoalergênicos, atóxicos e resistentes, que atendam às normas técnicas de segurança de brinquedos. A costura deve ser reforçada, e os detalhes devem ser bem acabados, garantindo um produto final que seja durável e esteticamente agradável. O design do leão Daren deve ser fiel à imagem oficial do mascote do PROERD, mantendo as cores, formas e características que o tornam reconhecível e significativo para os alunos.

5.10 Além disso, a empresa deve demonstrar capacidade logística para entregar os mascotes dentro do prazo estipulado, garantindo que todos os itens sejam entregues em perfeitas condições para as cerimônias de formatura. A apresentação de um plano de logística detalhado, incluindo prazos de produção e entrega, será um diferencial importante.

5.11 Por fim, a empresa deve oferecer garantia e suporte pós-venda, comprometendo-se a resolver qualquer eventual problema relacionado aos produtos fornecidos. A capacidade de responder prontamente a qualquer questão ou necessidade de substituição é fundamental para assegurar a satisfação dos alunos e a continuidade do programa.

5.12 Em resumo, os requisitos para a contratação incluem experiência comprovada, conformidade com normas de segurança, qualidade dos materiais e acabamento, capacidade logística, suporte pós-venda e uma proposta comercial transparente. Atender a esses critérios garantirá que os mascotes de pelúcia do leão Daren sejam entregues com a qualidade e no tempo esperado, contribuindo para o sucesso do PROERD.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado um representante para desempenhar o papel de fiscal durante a execução do contrato. Para a função indica-se o servidor Samir Wolf da Rocha (Secretaria Municipal de Educação). Este representante terá a responsabilidade de acompanhar o acolhimento, fiscalizar a execução do contrato e registrar todas as ocorrências relevantes em um documento próprio.

7.2 Caberá ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as



mesmas ao seu superior hierárquico.

8. DO PAGAMENTO

8.1 A prefeitura Municipal de Abelardo Luz efetuará o pagamento do objeto desta licitação em até 30 dias após o serviço.

8.2 As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Abelardo Luz previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024.

8.2.1 Secretaria Municipal de Educação: 1-5000-5001-12- 361-1201-2.15 Despesa 180 e 181 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas exercício financeiro de 2024.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

9.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

9.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.13 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021 e demais:



9.14 Advertência;

9.15 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.16 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

9.17 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9. 18 Impedimento de licitar e contratar;

9.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.20 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

9.21 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.22 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.23 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.24 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.25 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhido sem favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

9.26 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.27 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.28 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho



fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.29 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Abelardo Luz/SC, 09 de agosto de 2024

Elisandra Pellizzer
Diretora de Compras e Licitações



DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, sendo inviável a competição pois somente a instituição contratada atende as necessidades da administração, também possui critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Abelardo Luz/SC, 28 de agosto de 2024.

Nerci Santin
Prefeito Municipal